

**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS  
GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis intermediárias  
Em 30 de junho de 2021**

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias  
Em 30 de junho de 2021

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos  
Conselheiros e Administradores da  
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.  
Brasília - DF

### Opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (“ABGF” ou “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. em 30 de junho de 2021, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

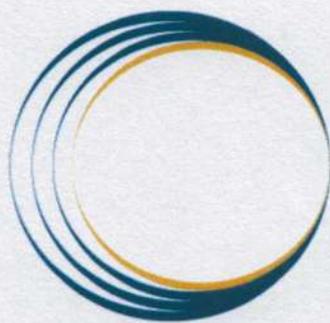
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de agosto de 2021.



**Demonstrações Contábeis  
Intermediárias**

**Em 30 de junho de 2021**



**abgf**

**Agência Brasileira Gestora de  
Fundos Garantidores e Garantias S.A.**

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

#### BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em reais)

	NE	30/06/2021	31/12/2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>307.053.941</b>	<b>306.745.324</b>
<b>Disponível</b>	5	<b>296.610.864</b>	<b>296.486.565</b>
Caixa e Bancos		3.982	4.163
Equivalentes de Caixa – Investimentos		296.606.882	296.482.402
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>10.369.488</b>	<b>10.124.160</b>
Títulos e Créditos a Receber	6	1.667.548	1.369.807
Tributos a recuperar/compensar	7	8.433.475	8.754.353
Outros Créditos	8.a	268.465	-
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>34.437</b>	<b>34.853</b>
Outros Valores	8.b	34.437	34.853
<b>Despesas Antecipadas</b>	9	<b>39.152</b>	<b>99.746</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.309.178</b>	<b>1.575.544</b>
<b>Investimentos</b>		<b>76.510</b>	<b>75.698</b>
Investimentos em cotas de fundos garantidores	10	76.510	75.698
<b>Imobilizado</b>	11.1	<b>1.152.613</b>	<b>1.403.558</b>
Bens Móveis		617.116	750.863
Outras Imobilizações		535.497	652.695
<b>Intangível</b>	11.2	<b>80.055</b>	<b>96.288</b>
Outros Intangíveis		80.055	96.288
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>308.363.119</b>	<b>308.320.868</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.314.451</b>	<b>6.907.298</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>3.314.451</b>	<b>6.907.298</b>
Obrigações a Pagar	12	122.831	5.299.849
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	13	416.127	430.571
Encargos Trabalhistas	14	1.275.980	1.059.304
Impostos e Contribuições	15	1.499.513	117.574
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>289.280</b>	<b>115.862</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>		<b>289.280</b>	<b>115.862</b>
Tributos Diferidos	15	8.602	8.326
Passivos Contingentes	24	280.678	107.536
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	16	<b>304.759.388</b>	<b>301.297.708</b>
Capital Social		237.370.917	237.370.917
Reserva Legal		4.943.757	4.943.757
Reserva Estatutária		58.966.871	58.966.871
Lucros Acumulados		3.461.144	-
Outros Resultados Abrangentes	16.c	16.699	16.163
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>308.363.119</b>	<b>308.320.868</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores expressos em reais)

	NE	Semestre findo em		Trimestre findo em	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES</b>	<b>17</b>	<b>8.744.260</b>	<b>7.390.077</b>	<b>4.353.764</b>	<b>3.786.887</b>
Receitas de Prestação de Serviços		10.197.388	8.618.166	5.077.276	4.416.195
(-) Deduções de Receita de Serviços		(1.453.128)	(1.228.089)	(723.512)	(629.308)
<b>(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS COM FUNDOS GARANTIDORES</b>	<b>18</b>	<b>(5.459.561)</b>	<b>(6.764.540)</b>	<b>(2.843.057)</b>	<b>(4.070.952)</b>
Outros Custos Administrativos		(666.206)	(1.336.522)	(399.513)	(929.285)
Pessoal		(4.793.355)	(5.428.018)	(2.443.544)	(3.141.667)
<b>(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES</b>		<b>3.284.699</b>	<b>625.537</b>	<b>1.510.707</b>	<b>(284.065)</b>
<b>(=) RECEITAS DE SERVIÇOS COM FUNDOS E PRÊMIOS GANHOS</b>		<b>3.284.699</b>	<b>625.537</b>	<b>1.510.707</b>	<b>(284.065)</b>
<b>(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		<b>(1.924.115)</b>	<b>(1.078.429)</b>	<b>(1.184.279)</b>	<b>(112.261)</b>
Despesas Administrativas	19	(684.492)	(3.159)	(462.108)	224.054
Despesas com Pessoal	20	(1.239.623)	(1.075.270)	(722.171)	(336.315)
<b>(-) DESPESAS COM TRIBUTOS</b>	<b>22</b>	<b>(203.597)</b>	<b>(383.576)</b>	<b>(138.349)</b>	<b>(196.360)</b>
<b>(-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>23</b>	<b>3.654.437</b>	<b>5.104.110</b>	<b>2.276.852</b>	<b>2.132.724</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>					
Receitas financeiras - demais		3.701.898	5.245.784	2.298.725	2.168.683
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>					
Despesas financeiras		(47.461)	(141.674)	(21.872)	(35.959)
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>4.811.424</b>	<b>4.267.642</b>	<b>2.464.931</b>	<b>1.540.038</b>
<b>(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>4.811.424</b>	<b>4.267.642</b>	<b>2.464.931</b>	<b>1.540.038</b>
<b>(-) IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>(982.330)</b>	<b>(891.724)</b>	<b>(503.256)</b>	<b>(321.791)</b>
<b>(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(367.950)</b>	<b>(333.260)</b>	<b>(188.504)</b>	<b>(120.262)</b>
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO</b>		<b>3.461.144</b>	<b>3.042.658</b>	<b>1.773.171</b>	<b>1.097.985</b>
<b>(/) QUANTIDADE DE AÇÕES</b>		<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>
<b>(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>		<b>69,2</b>	<b>60,9</b>	<b>35,5</b>	<b>22,0</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em reais)

	NE	Semestre findo em		Trimestre findo em	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro Líquido do Período		3.461.144	3.042.658	1.773.171	1.097.985
Outros resultados abrangentes					
Ajuste de Avaliação Patrimonial					
Cotas de Fundos Garantidores	16.d	536	1.383	662	1.659
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>		<b>3.461.680</b>	<b>3.044.041</b>	<b>1.773.833</b>	<b>1.099.644</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

## Demonstrações Contábeis Intermediárias Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em reais)

Descrição	NE	Capital Social	Reservas		Resultados Abrangentes	Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
<b>Saldo final em 31/12/2019</b>		<b>237.370.917</b>	<b>4.568.647</b>	<b>67.148.670</b>	<b>12.638</b>	-	<b>309.100.872</b>
Lucro Líquido do 1º semestre de 2020		-	-	-	-	3.042.658	3.042.658
Reversão de Reserva Estatutária ao Lucro		-	-	-	-	8.181.799	8.181.799
<b>Destinação do Lucro Líquido do Exercício</b>							
Constituição de Reserva Legal		-	102.273	-	-	-	102.273
Dividendos de Reservas Revertidas ao Lucro		-	-	-	-	(8.181.799)	(8.181.799)
Constituição (Reversão) de Reserva Estatutária		-	-	(8.181.799)	-	-	(8.181.799)
<b>Resultados Abrangentes</b>							
Outros Resultados Abrangentes	16.d	-	-	-	1.383	-	1.383
<b>Saldo Final em 30/06/2020</b>		<b>237.370.917</b>	<b>4.670.920</b>	<b>58.966.871</b>	<b>14.021</b>	<b>3.042.658</b>	<b>304.065.387</b>
Lucro Líquido do 2º semestre de 2020		-	-	-	-	2.414.085	2.414.085
<b>Destinação do Lucro Líquido do Exercício</b>							
Constituição de Reserva Legal		-	272.837	-	-	(272.837)	-
Juros Sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(5.183.906)	(5.183.906)
<b>Resultados Abrangentes</b>							
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	2.142	-	2.142
<b>Saldo Final em 31/12/2020</b>		<b>237.370.917</b>	<b>4.943.757</b>	<b>58.966.871</b>	<b>16.163</b>	-	<b>301.297.708</b>
Lucro Líquido do Período	16.b	-	-	-	-	3.461.144	3.461.144
<b>Resultados Abrangentes</b>							
Outros Resultados Abrangentes	16.d	-	-	-	536	-	536
<b>Saldo Final em 30/06/2021</b>		<b>237.370.917</b>	<b>4.943.757</b>	<b>58.966.871</b>	<b>16.699</b>	<b>3.461.144</b>	<b>304.759.388</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)

(Valores expressos em reais)

	NE	30/06/2021	30/06/2020
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Lucro do Período	16.b	3.461.144	3.042.658
<b>Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais:</b>			
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e JCP distribuídos		47.433	131.910
Depreciação/Amortização/Ajuste ao Valor Recuperável		270.933	325.380
<b>Resultado ajustado</b>		<b>3.779.510</b>	<b>3.499.948</b>
<b>Variações nos Ativos</b>			
Redução de clientes		(297.741)	(113.757)
Aumento/(redução) de tributos a Recuperar		320.878	(1.803.767)
Redução de outros Créditos		(207.454)	(524.282)
<b>Variações nos Passivos</b>			
Aumento/(redução) de Obrigações a Pagar		6.886	(100.650)
Redução de Impostos e Encargos Sociais a Recolher		(14.444)	(10.490)
Aumento de Encargos Trabalhistas		216.676	415.560
Aumento de Impostos e Contribuições		1.381.939	1.246.861
Aumento de Passivos Contingentes		173.142	-
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>5.359.392</b>	<b>2.609.423</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado e intangível		(3.755)	-
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(3.755)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>			
Dividendos/JCP pagos no exercício		(5.231.338)	(10.256.887)
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		<b>(5.231.338)</b>	<b>(10.256.887)</b>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>124.299</b>	<b>(7.647.464)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		296.486.565	299.857.797
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		296.610.864	292.210.333
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>124.299</b>	<b>(7.647.464)</b>
<b>Movimentações que não afetam caixa:</b>			
Constituição (baixa) de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo		276	713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **1 Informações Gerais**

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma companhia fechada de direito privado, pública, que atua na forma do art. 38 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, na administração, gestão e representação de fundos garantidores, que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União e na análise da concessão de garantias contra riscos de crédito em operações de crédito à exportação.

A ABGF presta serviços no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação - SCE, com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, na forma do oitavo termo aditivo do contrato de prestação de serviços celebrado em dezembro/2020, pela: (i) manutenção em sistemas de informação desenvolvidos; (ii) análise de riscos das operações de crédito à exportação, com garantia de cobertura da União, por intermédio do SCE; (iii) compliance das operações de crédito à exportação, tanto em bases cadastrais quanto na aplicação da legislação vigente; (iv) prestação de informações diversas à União bem como assessoramento na gestão da recuperação de créditos.

No cumprimento de seu objeto, atua na administração, gestão e representação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), promovendo o desenvolvimento por meio de garantias do pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em projetos de Parcerias Público-Privadas Municipal, Estadual e Federal e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país, bem como atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural.

De se registrar que em 25/06/2021 foi formalizado a prorrogação até 31 de dezembro de 2021 do contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) junto à União, representada pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME).

#### **1.1 Continuidade Operacional**

A ABGF, apesar de ter sido incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND, e aguardar definições da União quanto ao modelo de desestatização que será adotado, vem mantendo suas atividades operacionais em pleno funcionamento para atender tanto ao contrato de prestação de serviços com a SE-CAMEX/ME, relacionados ao SCE/FGE, bem como quanto a gestão dos fundos FGIE e FESR.

### **2 Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias**

As demonstrações contábeis da ABGF foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis.

Atendem, ainda, as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação citada no parágrafo anterior e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas Demonstrações Contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 12 de agosto de 2021.

## **2.1 Base de preparação das informações contábeis**

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

## **2.2 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional, a Administração considera qual a moeda influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

## **2.3 Normas e Interpretações Novas e Revisadas**

### **NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), aprovou o CPC 06 (R2)**

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias.

A vigência do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) será definida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar este pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, Deliberação CVM nº 787, de 21 de dezembro de 2017, e pela NBC TG 06 (R3) do CFC.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Até a aprovação do cancelamento da autorização de funcionamento da ABGF pela SUSEP, na forma da Portaria SUSEP 7.707, de 25/11/2020, estávamos regulados por aquela Superintendência que não aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e indicou a possibilidade de prorrogação por dois exercícios, estando prevista sua aplicação a partir do exercício de 2023.

Informamos a seguir os efeitos da aplicação da norma nos primeiros semestres de 2021 e 2020, respectivamente, conforme a seguir:

(Valores expressos em reais)

	30/06/2021	Ajustes	30/06/2021 Ajustado	31/12/2020	Ajustes	31/12/2020 Ajustado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>307.053.941</b>	<b>0</b>	<b>307.053.941</b>	<b>306.745.324</b>	<b>0</b>	<b>306.745.324</b>
Disponível	296.610.864	0	296.610.864	296.486.565	0	296.486.565
Títulos e Créditos a Receber	10.369.488	0	10.369.488	10.124.160	0	10.124.160
Outros Valores e Bens	34.437	0	34.437	34.853	0	34.853
Despesas Antecipadas	39.152	0	39.152	99.746	0	99.746
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.309.178</b>	<b>0</b>	<b>1.309.178</b>	<b>1.575.544</b>	<b>0</b>	<b>1.575.544</b>
<b>Arrendamentos</b>	<b>0</b>	<b>2.247.753</b>	<b>2.247.753</b>	<b>0</b>	<b>2.256.178</b>	<b>2.256.178</b>
Parcela Depreciável	0	2.541.052	2.541.052	0	2.136.820	2.136.820
Custos de Instalação	0	1.171.960	1.171.960	0	1.008.400	1.008.400
Desmobilização	0	585.980	585.980	0	504.200	504.200
Multa Contratual	0	61.337	61.337	0	70.913	70.913
(-) Depreciação Acumulada	0	(2.112.576)	(2.112.576)	0	(1.464.154)	(1.464.154)
Investimentos	76.510	0	76.510	75.698	0	75.698
Imobilizado	1.152.613	0	1.152.613	1.403.558	0	1.403.558
Intangível	80.055	0	80.055	96.288	0	96.288
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>308.363.119</b>	<b>2.247.753</b>	<b>310.610.872</b>	<b>308.320.868</b>	<b>2.256.178</b>	<b>310.577.046</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.314.451</b>	<b>0</b>	<b>3.314.451</b>	<b>6.907.298</b>	<b>0</b>	<b>6.907.298</b>
Contas a Pagar	3.314.451	0	3.314.451	6.907.298	0	6.907.298
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>289.280</b>	<b>1.874.049</b>	<b>2.163.329</b>	<b>115.862</b>	<b>1.993.363</b>	<b>2.109.225</b>
<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>289.280</b>	<b>0</b>	<b>289.280</b>	<b>115.862</b>	<b>0</b>	<b>115.862</b>
<b>Obrigações por Contrato de Leasing</b>	<b>0</b>	<b>1.874.049</b>	<b>1.874.049</b>	<b>0</b>	<b>1.993.363</b>	<b>1.993.363</b>
Principal	0	1.166.326	1.166.326	0	1.258.455	1.258.455
Juros a apropriar	0	60.406	60.406	0	159.795	159.795
Provisão para desmobilização	0	585.980	585.980	0	504.200	504.200
Multa Contratual	0	61.337	61.337	0	70.913	70.913
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>304.759.388</b>	<b>373.704</b>	<b>305.133.092</b>	<b>301.297.708</b>	<b>262.816</b>	<b>301.560.524</b>
Capital Social	237.370.917	0	237.370.917	237.370.917	0	237.370.917
Reserva Legal	4.943.757	0	4.943.757	4.943.757	0	4.943.757
Reserva Estatutária	58.966.871	0	58.966.871	58.966.871	0	58.966.871
Lucros/Prejuízos Acumulados	3.461.144	0	3.461.144	0	0	-
Outros Resultados	0	0	0	0	0	0
Abrangentes	16.699	373.704	390.403	16.163	262.816	278.979
Ajuste de Leasing	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>308.363.119</b>	<b>2.247.753</b>	<b>310.610.872</b>	<b>308.320.868</b>	<b>2.256.178</b>	<b>310.577.046</b>

### **3 Práticas Contábeis**

#### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

#### **3.2 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

#### **3.3 Imobilizado e Intangível**

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação ou amortização e da perda decorrente da redução do valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil ou benefício esperado estimado.

#### **3.4 Contas a pagar/Fornecedores**

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente e obedecido o regime de competência.

#### **3.5 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

#### **3.6 Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

### **3.7 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido**

A ABGF está sujeita à tributação com base no Lucro Real Anual. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro real tributável anual excedente a R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais), e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a respectiva base de cálculo.

A apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é realizada mensalmente utilizando-se base de cálculo estimada e o ajuste anual é feito em 31 de dezembro, para determinação do lucro real e respectivos tributos diretos efetivos (Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996).

Na ocorrência de resultado tributável, os valores retidos por nossos clientes são compensados até o limite do saldo retido de cada tributo isoladamente e, o que exceder, é compensado com créditos tributários de uma mesma autoridade tributária em exercícios subsequentes.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os itens 71 a 76 da NBC TG 32 (R4) tratam da compensação de saldos entre ativos e passivos fiscais, para fins de apresentação no Balanço Patrimonial da Companhia. Devem ser compensados os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes quando existir o direito legal de compensação e houver a pretensão da empresa em liquidar os saldos simultaneamente.

### **3.8 Reconhecimento de receita e despesa**

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade e é apresentada líquida de cancelamentos.

### **3.9 Ativos e Passivos Financeiros**

A partir de 1º de janeiro de 2018, na forma da NBC TG 48 do Conselho Federal de Contabilidade, os procedimentos para registro, controle e divulgação dos ativos e passivos financeiros sofreram modificações relevantes.

#### **3.9.1 Ativos Financeiros**

Para classificação dos ativos financeiros, são avaliadas as características dos ativos, o fluxo de caixa contratual e o modelo de negócios da Companhia para gestão desses ativos, podendo ser mensurados ao (i) custo amortizado, ao (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (iii) valor justo por meio do resultado.

#### **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja mantê-los com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### **Valor justo por meio do resultado**

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ao invés de mensurar os investimentos ao valor justo por meio do resultado, no reconhecimento inicial, a Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável para investimentos específicos em instrumento patrimonial e mensurá-los ao valor justo apropriado em outros resultados abrangentes.

### **3.9.2 Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado e nossos contratos de garantia financeira, quando vierem a ser contratados, serão mensurados pelo maior valor entre o valor da provisão para perdas e o valor inicialmente reconhecido, deduzido do valor da receita com os prêmios recebidos antecipadamente.

### **3.10 Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores**

A ABGF aplicou, por analogia e de forma antecipada, a norma relativa a instrumentos financeiros (NBC TG 48) para mensuração e contabilização dos instrumentos patrimoniais relativos à sua participação como cotista de fundos garantidores. Com base em estudos, concluiu-se que esses investimentos da ABGF em cotas de fundos garantidores devam ser mensurados pelo valor patrimonial (equivalente ao valor justo) por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios para gestão desses ativos determina que a ABGF tenha como objetivo a manutenção das cotas de fundos garantidores com a principal finalidade de lastro para prestação de garantias indiretas, recebendo seus fluxos de caixa somente em caso de resgate de cotas, quando não comprometidas com garantias.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

As variações dos valores das cotas são registradas em outros resultados abrangentes, líquidas dos efeitos tributários.

### 3.11 Remuneração de Capital

A política da ABGF consiste em pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos equivalentes a 25% sobre o lucro líquido ajustado, em base anual. Dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e deduzidos do Patrimônio Líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

A partir da qualificação da Companhia no Programa Nacional de Desestatização, desde 2019, está sendo distribuída a totalidade dos resultados obtidos em cada exercício.

### 4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

### 5 Caixa e equivalentes de caixa

		30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Caixa e Bancos	(i)	3.982	4.163	-4,3%
Aplicações Financeiras	(ii)	296.606.882	296.482.402	0,0%
		<b>296.610.864</b>	<b>296.486.565</b>	<b>0,0%</b>

- (i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (suprimento de fundos), de acordo com norma interna da ABGF e legislação federal aplicável;
- (ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no BB PARANOÁ Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo. Esse Fundo tem liquidez imediata, não necessitando de agendamento para realizar resgates.

A seguir, demonstrativo da composição e diversificação da carteira do BB PARANOÁ FIC FI CURTO PRAZO com posição em 30/06/2021.

(valor em milhares de reais)

Aplicações – especificação	Quantidade	Mercado / realização
Cotas de fundo de investimento:		
BB Top Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	19.499.632	296.615
<b>Total do Ativo</b>		<b>296.615</b>
Valores a Pagar		8
Patrimônio Líquido		296.607
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>296.615</b>

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 6 Títulos e Créditos a Receber

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), e por outorga legal ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

Os clientes a seguir são classificados como Partes Relacionadas.

		30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
<b>Partes Relacionadas:</b>				
SE-CAMEX/ME (FGE)	(i)	942.509	866.208	8,8%
FESR	(ii)	359.796	316.708	13,6%
FGIE	(iii)	365.243	186.891	95,4%
		<b>1.667.548</b>	<b>1.369.807</b>	<b>21,7%</b>

- (i) Valor a receber da SE-CAMEX/ME, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE no mês de encerramento do período reportado e do mês anterior;
- (ii) Valor a receber do FGIE relativo à administração do Fundo do mês de encerramento dos respectivos períodos;
- (iii) Valor refere-se à administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural do mês de encerramento dos respectivos períodos. Remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2017.

### 7 Tributos a recuperar / compensar

O Quadro a seguir demonstra a composição dos impostos e contribuições a compensar/recuperar, incluindo os tributos retidos da ABGF por ocasião dos serviços prestados:

		30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
CSLL retida na fonte por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	15.222	13.826	10,1%
IRRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	73.069	66.371	10,1%
Saldo Negativo de CSLL	(ii)	71.171	70.278	1,3%
Saldo Negativo de IRPJ	(ii)	6.212.571	8.553.370	-27,4%
IR e CSLL pagos por estimativa	(iii)	1.986.800	-	100,0%
Outros tributos e contribuições a Recuperar		74.642	50.508	47,8%
<b>Total dos Tributos a Recuperar</b>		<b>8.433.475</b>	<b>8.754.353</b>	<b>-3,7%</b>

- (i) O saldo das rubricas CSLL/IRRF refere-se às retenções efetuadas no pagamento das notas fiscais emitidas “faturamento” auferidos pela ABGF. Essas retenções representam antecipações do pagamento do tributo a serem compensadas em apurações efetivas da própria ABGF;
- (ii) Os saldos negativos de IRPJ e CSLL referem-se a exercícios anteriores. O art. 161-A da Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, estabelece que os saldos negativos de IRPJ e de CSLL somente poderão ser restituídos ou compensados após a confirmação da transmissão da ECF pela RFB, que ocorre em 31 de julho do ano subsequente. A redução do IRPJ foi decorrente das compensações efetuadas sobre o saldo negativo originado no exercício de 2019;
- (iii) O valor refere-se ao pagamento mensal do IRPJ e CSLL por estimativa, com base em balancetes de redução, os quais serão compensados ao final do exercício na apuração do lucro real.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 8 Outros créditos e Outros Valores e Bens

#### (a) Outros créditos

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Adiantamento a Funcionários/Dirigentes (i)	268.465	-	100,0%
	<b>268.465</b>	<b>-</b>	<b>100,0%</b>

(i) Refere-se ao adiantamento do décimo terceiro salário ocorrido no mês de maio/2021, cujo valor será baixado na ocasião do pagamento da segunda parcela em dezembro/2021.

#### (b) Outros Valores e Bens

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Estoque de Material de Expediente	34.437	34.853	-1,2%
	<b>34.437</b>	<b>34.853</b>	<b>-1,2%</b>

Visando atender ao princípio da economicidade, a ABGF adquire material de expediente e escritório para utilização em mais de 01 exercício. Utiliza-se o custo médio para avaliação do estoque.

### 9 Despesas Antecipadas

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
IPTU Pago Antecipadamente	30.677,00	-	100,0%
Outros Custos e Despesas Pagos Antecipadamente	8.475,00	99.746	-91,5%
	<b>39.152</b>	<b>99.746</b>	<b>-60,7%</b>

Referem-se ao seguro de responsabilidade civil contratado pela ABGF com saldo de R\$ 31 mil, em junho/2021, e outras despesas pagas antecipadamente de R\$ 8 mil, que serão apropriados mensalmente durante a vigência dos contratos.

### 10 Investimentos em Fundos Garantidores

As cotas dos fundos garantidores são avaliadas pelo seu valor patrimonial, que é o valor justo. Os quadros a seguir demonstram a movimentação dos investimentos em fundos garantidores ocorridas no 1º semestre de 2021.

#### (a) Informação dos investimentos da ABGF e respectiva participação

Investimento	Informações dos Investimentos (i)			Participação (%) da ABGF em Cotas	Saldo do Investimento
	Patrimônio Líquido	Resultado do período	PL Ajustado		
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	752.944.892	8.072.034	761.016.925	0,010054%	76.510
					<b>76.510</b>

(i) Informações do Patrimônio Líquido total do mês de junho/2021.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### (b) Quantidade de cotas dos fundos garantidores e participação da ABGF

	Qtde. total de cotas dos fundos	Participação (%) da ABGF em Cotas	Qtde. de cotas da ABGF	valor unitário da cota	Participação (R\$) da ABGF
FGIE	101.665	0,0100536%	10,221009	7.485,56222	76.510
<b>Total de investimento em cotas dos Fundos Garantidores</b>					<b>76.510</b>

### (c) Movimentação da participação.

Investimento	2020	Aportes em 2021	Valorização/ Desvalorização	2021
FGIE	75.698	-	812	76.510
	<b>75.698</b>	<b>-</b>	<b>812</b>	<b>76.510</b>

### (d) Composição do Ajuste a Valor Justo das Cotas em Fundos Garantidores

Investimento	Ajustes Acum. 2021	Tributos - IRPF e CSLL (34%)	Ajustes Líquidos dos Tributos
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	25.301	8.602	16.699
	<b>25.301</b>	<b>8.602</b>	<b>16.699</b>

## 11 Ativos Imobilizado e Intangível

### 11.1 Ativo Imobilizado

#### (a) Composição do Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30/06/2021	31/12/2020
Mobiliário em Geral	10% a 20%	356.272	(151.835)	204.437	221.737
Máqs, Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	179.722	(156.699)	23.023	29.628
Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	1.786.424	(1.413.496)	372.928	481.018
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a 20%	1.171.960	(636.463)	535.497	652.695
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	47.480	(30.752)	16.728	18.480
		<b>3.541.858</b>	<b>(2.389.245)</b>	<b>1.152.613</b>	<b>1.403.558</b>

#### (b) Movimentação do Custo

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2021
Mobiliário em Geral	356.272	-	-	-	356.272
Máqs, Instalações e Utensílios de Escritório	179.722	-	-	-	179.722
Equipamentos de Informática e Software	1.784.478	1.946	-	-	1.786.424
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.171.960	-	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	47.480	-	-	-	47.480
	<b>3.539.912</b>	<b>1.946</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.541.858</b>

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### (c) Movimentação da Depreciação/Amortização Acumulada

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2021
Mobiliário em Geral	134.535	17.300	-	-	151.835
Máqs, Instalações e Utensílios de Escritório	150.094	6.605	-	-	156.699
Equipamentos de Informática e Software	1.303.459	111.845	-	-	1.415.304
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	519.265	117.198	-	-	636.463
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	29.001	1.751	-	-	30.752
	<b>2.136.354</b>	<b>254.699</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.391.053</b>

## 11.2 Ativo Intangível

### (a) Composição do Intangível

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	30/06/2021	30/12/2020
Software	20%	341.200	(261.145)	80.055	96.288
		<b>341.200</b>	<b>(261.145)</b>	<b>80.055</b>	<b>96.288</b>

### (b) Movimentação do custo

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2021
Software	341.200	-	-	-	341.200
	<b>341.200</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>341.200</b>

### (c) Movimentação da amortização Acumulada

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2021
Software	244.912	16.233	-	-	261.145
	<b>244.912</b>	<b>16.233</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>261.145</b>

No Ativo Intangível estão apropriados os softwares, classificados de acordo com a NBC TG 04 (R3), do Conselho Federal de Contabilidade.

## 12 Obrigações a Pagar

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Varição %
Telefone, Energia e Internet	11.352	16.891	-32,8%
Aluguéis e Condomínios	49.069	38.888	26,2%
Salários a Pagar	38.684	39.732	-2,6%
Serviços Terceirizados	16.656	19.098	-12,8%
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Pagar (i)	-	5.183.905	-100,0%
Outros Fornecedores	7.070	1.335	429,6%
	<b>122.831</b>	<b>5.299.849</b>	<b>-97,7%</b>

- (i) Em abril/2021, a ABGF distribuiu à União os juros sobre capital próprio (JCP) imputados aos dividendos obrigatórios e dividendos adicionais do exercício de 2020. A Companhia não faz apuração periódica da remuneração ao acionista.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 13 Impostos e Encargos Sociais a Recolher

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Previdência Social de Funcionários	151.864	154.192	-1,5%
FGTS a Recolher	47.306	61.350	-22,9%
IRRF sobre a Folha a Recolher	123.294	203.540	-39,4%
Contribuição Social a Recolher	64.206	-	100,0%
Impostos Retidos de Fornecedores	29.457	11.489	156,4%
	<b>416.127</b>	<b>430.571</b>	<b>-3,4%</b>

### 14 Encargos Trabalhistas

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Provisão para Férias	726.100	793.657	-8,5%
Provisão para 13º Salário	248.776	-	100,0%
Encargos Sociais sobre Provisões	301.104	265.647	13,3%
<b>Encargos trabalhistas</b>	<b>1.275.980</b>	<b>1.059.304</b>	<b>20,5%</b>

### 15 Impostos e Contribuições

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Companhia, das retenções tributárias incidentes sobre salários/honorários pagos e contratações realizadas pela ABGF e, ainda, os tributos sobre o lucro do período.

		30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Provisão Imposto de Renda	(i)	982.330	-	100,0%
Provisão Contribuição Social	(i)	367.950	-	100,0%
COFINS a Recolher		112.363	89.756	25,2%
PIS a Recolher		22.461	18.474	21,6%
Outros Impostos e Taxas	(ii)	14.409	9.344	54,2%
<b>Impostos e Contribuições - Curto Prazo</b>		<b>1.499.513</b>	<b>117.574</b>	<b>1175,4%</b>
Provisão Imposto de Renda Diferida	(iii)	6.325	6.122	3,3%
Provisão Contribuição Social Diferida	(iii)	2.277	2.204	3,3%
<b>Impostos e Contribuições - Longo Prazo</b>		<b>8.602</b>	<b>8.326</b>	<b>3,3%</b>
<b>Total de Tributos</b>		<b>1.508.115</b>	<b>125.900</b>	<b>1097,9%</b>

- (i) A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do 1º semestre de 2021 foi calculada com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva anual esperada para o exercício social completo, conforme NBC TG 21 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade. Para o período reportado, a alíquota média efetiva utilizada foi de 28,06%.
- (ii) Refere-se ao ISS de junho/2021 sobre faturamento e CIDE sobre remessas ao exterior (Oxford);
- (iii) As Obrigações Tributárias de Longo Prazo referem-se ao efeito tributário dos rendimentos auferidos sobre as cotas de fundos garantidores registradas em Outros Resultados Abrangentes, que somente serão exigidas quando do resgate dessas cotas.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL	4.811.424		
	IRPJ	CSLL	TOTAL
Alíquotas efetivas estimadas	20,42%	7,65%	28,06%
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>982.330</b>	<b>367.950</b>	<b>1.350.280</b>

### 16 Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia:

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Capital Subscrito	237.370.917	237.370.917	0,0%
Reserva Legal	4.943.757	4.943.757	0,0%
Reserva Estatutária	58.966.871	58.966.871	0,0%
Lucro do Período Intermediário	3.461.144	-	100,0%
Outros Resultados Abrangentes	16.699	16.163	3,3%
	<b>304.759.388</b>	<b>301.297.708</b>	<b>1,1%</b>

#### (a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 237.370.917 (duzentos e trinta e sete milhões, trezentos e setenta mil e novecentos e dezessete reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, e é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 4.747,42/por ação.

#### (b) Resultado do 1º semestre de 2020

O resultado do 1º semestre de 2021 foi de R\$ 4.811.424, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social, e de R\$ 4.267.642, no 1º semestre de 2020, apresentando um acréscimo de 12,74%. A receita operacional líquida com prestação de serviços aumentou em 18,32% e o resultado financeiro líquido teve redução de 28,40%, se comparados com o mesmo período de 2020.

A ABGF registrou lucro líquido de R\$ 3.461.144 no 1º semestre de 2021 e R\$ 3.042.658 no mesmo período de 2020, apresentando aumento de 13,75% em relação ao período anterior. O lucro por ação foi de R\$ 69,22 (R\$ 60,85 no 1º semestre de 2020).

A seguir a composição dos resultados do período de 03 (três) e 06 (seis) meses, findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

	Semestre findo em		valores expressos em Reais Trimestre findo em	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Serviços Prestados	10.197.388	8.618.166	5.077.276	4.416.195
(-) Tributos sobre o Faturamento	(1.453.128)	(1.228.089)	(723.512)	(629.308)
<b>Receita Líquida de Serviços</b>	<b>8.744.260</b>	<b>7.390.077</b>	<b>4.353.764</b>	<b>3.786.887</b>
Resultado Financeiro Líquido	3.654.437	5.104.110	2.276.852	2.132.724
<b>RECEITAS TOTAIS</b>	<b>12.398.697</b>	<b>12.494.187</b>	<b>6.630.616</b>	<b>5.919.611</b>
(-) Despesas Operacionais	(7.587.273)	(8.226.545)	(4.165.685)	(4.379.573)
<b>RESULTADO DO PERÍODO (antes de IRPJ e CSLL)</b>	<b>4.811.424</b>	<b>4.267.642</b>	<b>2.464.931</b>	<b>1.540.038</b>
IRPJ e CSLL	(1.350.280)	(1.224.984)	(691.760)	(442.053)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3.461.144</b>	<b>3.042.658</b>	<b>1.773.171</b>	<b>1.097.985</b>

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### (c) Outros Resultados abrangentes

A ABGF registra os investimentos em cotas de fundos garantidores em Ativo Não Circulante avaliados a valor justo com reflexo em Outros Resultados Abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

A composição de Outros Resultados Abrangentes do Patrimônio Líquido, posição em 30/06/2021 e 31/12/2020, e as respectivas variações são as que seguem:

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	16.699	16.163	3,3%
	<b>16.699</b>	<b>16.163</b>	<b>3,3%</b>

### (d) Resultado Abrangente do período

A composição de Outros Resultados Abrangentes do período de 03 (três) e 06 (seis) meses, findos em 30 de junho de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
FGIE – Fdo Garantidor de Infra.	536	1.383	662	1.659
	<b>536</b>	<b>1.383</b>	<b>662</b>	<b>1.659</b>

## 17 Receita de Serviços e de Operações de Emissão Direta de Garantias

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A seguir quadro demonstrativo das receitas da Companhia e respectivas deduções:

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>10.197.388</b>	<b>8.618.166</b>	<b>5.077.276</b>	<b>4.416.195</b>
SE-CAMEX/ME (FGE)	6.610.233	4.628.044	3.305.116	2.314.022
FGIE	1.063.744	1.164.513	510.454	689.368
FESR	2.523.411	2.825.609	1.261.706	1.412.805
<b>(-) Deduções da Receita</b>	<b>(1.453.128)</b>	<b>(1.228.089)</b>	<b>(723.512)</b>	<b>(629.308)</b>
COFINS	(775.001)	(654.981)	(385.873)	(335.631)
PIS/Pasep	(168.257)	(142.200)	(83.775)	(72.867)
ISS	(509.870)	(430.908)	(253.864)	(220.810)
<b>Receita operacional Líquida</b>	<b>8.744.260</b>	<b>7.390.077</b>	<b>4.353.764</b>	<b>3.786.887</b>

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 18 Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), para o FGIE e para o FESR.

	Semestre findo em		Trimestre findo em	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Custos com Pessoal	4.793.355	5.428.018	2.443.544	3.141.667
Custos administrativos	666.206	1.336.522	399.513	929.285
<b>Gastos alocados aos serviços prestados (i)</b>	<b>5.459.561</b>	<b>6.764.540</b>	<b>2.843.057</b>	<b>4.070.952</b>

(i) A redução dos custos alocados reflete a redução das despesas de pessoal e administrativas constantes das Notas 20 e 21.

### 19 Despesas Administrativas por Natureza

O incremento de 0,8% nas despesas administrativas do 1º semestre de 2021, decorre, principalmente, da provisão para contingência trabalhista.

A seguir todos os gastos administrativos da Companhia por natureza, incluindo as despesas e os custos dos serviços prestados.

		Semestre findo em		Trimestre findo em		Variação % 1º sem 2021/2020	Variação % 2º trim 2021/2020
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2021		
Viagens e Representações	(i)	-	15.036	-	-	-100,0%	0,0%
Serviços de Terceiros	(ii)	233.337	217.376	226.130	182.947	7,3%	23,6%
Ocupação	(iii)	381.030	407.642	197.745	176.953	-6,5%	11,8%
Créditos tributário PIS/Pasep e COFINS	(iv)	(53.716)	(61.512)	(27.348)	(28.416)	-12,7%	-3,8%
Depreciação/amortização		270.933	325.380	134.426	159.450	-16,7%	-15,7%
Despesas Gerais	(v)	519.114	435.759	330.668	214.297	19,1%	54,3%
<b>Total das despesas administrativas</b>		<b>1.350.698</b>	<b>1.339.681</b>	<b>861.621</b>	<b>705.231</b>	<b>0,8%</b>	<b>22,2%</b>
Gastos apropriados ao CUSTO dos serviços prestados (nota 18)		666.206	1.336.522	399.513	929.285	-50,2%	-57,0%
Despesas Administrativas		684.492	3.159	462.108	- 224.054	21568,0%	-306,2%

- (i) A rubrica “Viagens e Representações” registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF para viagens em serviço e, ainda, a conselheiros quando relacionados a viagens de interesse da Companhia;
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, assinatura de periódicos e prestação de serviços;
- (iii) As despesas com Ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínio e serviços terceirizados de limpeza e conservação;
- (iv) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003.
- (v) Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

### 20 Despesas com Pessoal por Natureza

No 1º semestre de 2021, os gastos totais com pessoal apresentaram redução de 7,2% se comparados com o mesmo período do exercício anterior. Os gastos com empregados reduziram em 1,7% e os gastos com cargos estatutários, Diretores e Conselheiros reduziram 25,3% em relação ao 1º semestre de 2020.

A redução das despesas com funcionários decorre, principalmente, da redução do quadro de funcional de um auditor interno no final do primeiro semestre/2020, compensado com reajuste salarial decorrente do acordo coletivo de trabalho de 2021.

Já a redução verificada nas despesas de diretores e conselheiros no primeiro semestre de 2021, quando comparado com o mesmo período de 2020, decorre, principalmente, do pagamento da quarentena ocorrida no primeiro semestre de 2020 e alterações na composição dos órgãos estatutários.

	Semestre findo em		Trimestre findo em		Variação % 1º sem 2021/2020	Variação % 2º trim 2021/2020
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020		
<b>Empregados:</b>						
<b>Salários, Encargos e Benefícios</b>	<b>4.889.049</b>	<b>4.971.237</b>	<b>2.621.026</b>	<b>2.646.518</b>	<b>-1,7%</b>	<b>-1,0%</b>
Salários e Ordenados	2.764.732	2.834.411	1.487.220	1.489.591	-2,5%	-0,2%
Encargos Sociais	907.486	946.897	471.362	497.417	-4,2%	-5,2%
Provisões Trabalhista e Previdenciária	800.562	803.585	441.208	431.988	-0,4%	2,1%
Benefícios Empregados	410.489	383.144	216.136	227.482	7,1%	-5,0%
Saúde e Segurança do Trabalho	5.780	3.200	5.100	40	80,6%	12650,0%
<b>Diretoria e Conselhos:</b>						
<b>Honorários, Encargos e Benefícios</b>	<b>1.143.929</b>	<b>1.532.051</b>	<b>544.689</b>	<b>831.464</b>	<b>-25,3%</b>	<b>-34,5%</b>
Honorários do Conselho de Administração	120.597	158.835	44.302	79.417	-24,1%	-44,2%
Honorários do Conselho Fiscal	80.235	79.417	39.872	39.709	1,0%	0,4%
Honorários do Comitê de Auditoria	163.564	146.880	79.744	67.462	11,4%	18,2%
Honorários da Diretoria Executiva	487.524	810.530	242.366	471.293	-39,9%	-48,6%
Encargos Sociais Sobre Honorários	192.168	226.092	88.585	119.803	-15,0%	-26,1%
Provisão Trabalhista e Previdenciária	54.973	56.703	27.486	27.486	-3,1%	0,0%
Benefícios Diretor	44.868	53.594	22.334	26.294	-16,3%	-15,1%
<b>Total dos gastos com pessoal</b>	<b>6.032.978</b>	<b>6.503.288</b>	<b>3.165.715</b>	<b>3.477.982</b>	<b>-7,2%</b>	<b>-9,0%</b>
<b>Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados (NE 18)</b>	<b>4.793.355</b>	<b>5.428.018</b>	<b>2.443.544</b>	<b>3.141.667</b>	<b>-11,7%</b>	<b>-22,2%</b>
<b>Despesas com pessoal</b>	<b>1.239.623</b>	<b>1.075.270</b>	<b>722.171</b>	<b>336.315</b>	<b>15,3%</b>	<b>114,7%</b>

A ABGF reembolsa às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea “e”:

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Maior e menor remuneração de empregados:	R\$ 24,4 mil e R\$ 11,3 mil;
Maior e menor remuneração de dirigentes:	R\$ 46,7 mil e R\$ 43,7 mil;
Salário médio dos empregados e dirigentes:	R\$ 17,0 mil e R\$ 45,4 mil.

Nas remunerações informadas estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos. Com relação à remuneração de dirigentes estão consideradas as remunerações aprovadas pela Assembleia Geral.

## **21 Partes relacionadas**

### **(a) Controlador**

O controlador da ABGF é a União, que detém a totalidade do capital social da Companhia.

### **(b) Operações com administradores**

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria são submetidas à avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A ABGF reembolsa aos órgãos cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais dos Diretores Executivos cedidos.

A remuneração dos Diretores vem sendo composta por parcela fixa, benefícios e obrigações.

O teto remuneratório dos membros dos conselhos de Administração e Fiscal é limitado a 10% da remuneração mensal média dos diretores.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é de 20% do valor remuneração média mensal dos diretores.

A aprovação dos valores pagos aos administradores e conselheiros no período de abril/2020 a março/2021 constam da Nota Técnica DIAFI/GAFIN nº 031/2020/O, de 17/02/2020, e dos valores a serem pagos de abril/2021 a março/2022, da Nota Técnica DIAFI/GEAFI nº 040/2021/O, de 09/03/2021.

### **(c) Reembolso de diretores cedidos**

A ABGF possui uma Diretora cedida pela Secretaria do Tesouro Nacional do Governo Federal.

O valor reembolsado aos órgãos cedentes, já incluídos na remuneração dos administradores constantes da Nota 20, foi de R\$ 234.897 no 1º semestre de 2021 e R\$ 232.754 no 1º semestre de 2020.

### **(d) Transações com partes relacionadas**

A ABGF possui transações com partes relacionadas, entendidos os serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O resultado e as operações com partes relacionadas constam das Notas 6 e 17.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Adicionalmente a ABGF mantém depósitos à vista e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme Nota 5.

## 22 Despesas Tributárias

		Semestre findo em		Trimestre findo em		Variação % 1º sem 2021/2020	Variação % 2º trim 2021/2020
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020		
CIDE	(i)	5.122	8.809	5.122	8.809	-41,9%	-41,9%
Impostos e Taxas diversas	(ii)	16.110	27.276	16.110	27.276	-40,9%	-40,9%
IPTU e Taxas de Incêndio	(iii)	10.226	14.884	10.226	14.884	-31,3%	-31,3%
Pis/Pasep e Cofins	(iv)	172.139	244.658	106.891	100.843	-29,6%	6,0%
Taxa de Fiscalização Susep	(v)	-	87.949	-	44.548	-100,0%	-100,0%
<b>Total</b>		<b>203.597</b>	<b>383.576</b>	<b>138.349</b>	<b>196.360</b>	<b>-46,9%</b>	<b>-29,5%</b>

- (i) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessas ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- (ii) Refere-se a tributos incidentes sobre operações financeiras em remessas ao exterior de recursos para pagamento de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas;
- (iii) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel Unidade da ABGF em Brasília. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (iv) PIS/Pasep e COFINS sobre receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, foram reestabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015, e sobre operações de seguros de crédito à exportação, cujas alíquotas são de 1,65% e 7,60% respectivamente;
- (v) Taxa de Fiscalização SUSEP, paga trimestralmente, por antecipação até o 10º dia do primeiro mês do trimestre e apropriada mensalmente por competência.

## 23 Resultado Financeiro Líquido

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 5.

O saldo de Juros Ativos representa o acréscimo dos tributos compensados no período, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulados mensalmente, e de juros de 1% (um por cento) no mês da compensação, conforme previsão do art. 142 da IN RFB nº 1717, de 2017.

As Despesas Financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF, inclusive atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos em abril/2021.

O Resultado Financeiro líquido da Companhia está demonstrado no quadro a seguir:

	Semestre findo em		Trimestre findo em		Var. % 1º sem 2021/2020	Var. % 2º trim 2021/2020
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.591.044	5.052.239	2.236.418	2.099.300	-28,9%	6,5%
Juros ativos	110.855	156.883	62.307	62.410	-29,2%	-0,2%
Receitas Financeiras de Seguros	-	36.862	-	6.973	-100,0%	-100,0%
	<b>3.701.899</b>	<b>5.245.784</b>	<b>2.298.725</b>	<b>2.168.683</b>	<b>-29,4%</b>	<b>6,0%</b>
Despesas financeiras	<b>(47.462)</b>	<b>(141.674)</b>	<b>(21.873)</b>	<b>(35.959)</b>	<b>-66,5%</b>	<b>-39,2%</b>
<b>Resultado Financeiro líquido</b>	<b>3.654.437</b>	<b>5.104.110</b>	<b>2.276.852</b>	<b>2.132.724</b>	<b>-28,4%</b>	<b>6,8%</b>

## **24 Compromissos, Responsabilidades e Contingências**

Os passivos contingentes são provisionados quando a obrigação presente tenha sido classificada com a existência provável de saída de recursos para sua liquidação.

Em 30 de junho de 2021, existiam ações judiciais/administrativas em curso promovidas contra a Companhia, que têm por objeto comum pedido de indenização com fulcro no Seguro DPEM, decorrentes de morte ou incapacidade permanente, amparadas pela Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016.

Dentre as ações contra a Companhia estão classificadas como possível o montante de R\$ 188.930, classificadas como remota o montante de R\$ 148.624, e classificadas como provável e provisionado o valor de R\$ 280.678, totalizando R\$ 618.232 em ações e processos administrativos em curso.

## **25 Eventos Subsequentes**

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis não foram identificados eventos relevantes que viessem alterar significativamente a posição financeira e econômica da Companhia.

Brasília (DF), 30 de junho de 2021.

**Octávio Luiz Bromatti**  
Presidente

**Helena Mulim Venceslau**  
Diretora de Garantias

**Luiz Carlos e Silva**  
Contador  
CRC DF 013.783/O-8  
CPF: 267.041.961-53